

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS**  
**AFONSO ALMEIDA FELIX**

**REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL MUNICIPAL DR. JOÃO  
DAMASCENO PORTUGAL EM LEOPOLDINA/MG**

Muriaé  
2023

**AFONSO ALMEIDA FELIX**

**REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL MUNICIPAL DR. JOÃO  
DAMASCENO PORTUGAL EM LEOPOLDINA/MG**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo colegiado do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo Centro Universitário Faminas, como requisito parcial para obtenção do título de arquiteto e urbanista.

Orientadora: Josielle Cíntia de Souza Rocha

Muriaé  
2023

F316r	<p>Felix, Afonso Almeida Requalificação do parque florestal municipal Dr. João Damasceno Portugal em Leopoldina/MG. / Afonso Almeida Felix. – Muriaé: FAMINAS, 2023. 63p.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Arquitetura e Urbanismo) – UNIFAMINAS, Muriaé, 2023</p> <p>Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josielle Cíntia de Souza Rocha</p> <p>1. Urbanismo. 2. Intervenção urbana. 3. Requalificação urbana. 4. Espaço público. 5. Horto florestal. 6. Lazer urbano. I. Felix, Afonso Almeida. II. Título.</p> <p>CDD: 711.558</p>
-------	---

## FOLHA DE APROVAÇÃO

FELIX, Afonso A. **Requalificação do Parque Florestal Municipal Dr. João Damasceno Portugal em Leopoldina/MG**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à conclusão do curso Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Faminas, realizado no 1º semestre de 2023.

:

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Josielle Cíntia de Souza Rocha  
Orientadora

---

Prof. Me. Natália Maria Garcia de Oliveira

Examinado(a) em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Dedico este trabalho com muito amor, à  
minha família, aos meus amigos e aos  
meus mestres.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus familiares, em especial aos meus pais, Tânia e José Néelson, e ao meu irmão Álvaro, que não mediram esforços para proporcionar-me condições para estar na posição em que hoje me encontro, além de apoiar e incentivar nos momentos mais difíceis.

Aos amigos, agradeço pelos momentos de alegria e diversão, e por sempre estarem presentes quando eu precisei do apoio de vocês. Aos arquitetos Marcos Aurélio e Sisson Neto, meus primos e mestres, que me abriram as portas desse mundo chamado arquitetura e muito me auxiliaram nessa jornada.

À Deus sou grato pelo poder de persistência e dedicação para a concretização desse objetivo, que foi apenas um passo de uma longa caminhada que ainda está no início.

## RESUMO

O contínuo desenvolvimento dos centros urbanos ao longo do século XX levou a uma realidade em que as cidades enfrentam diversos desafios ambientais decorrentes do aquecimento global. Diante dessa situação, os espaços públicos verdes de lazer assumem uma grande importância para o bem-estar das pessoas, além de desempenharem um papel fundamental na mitigação desses problemas ambientais. Além do impacto ambiental positivo, esses espaços também oferecem relevantes contribuições para as relações sociais. Eles desempenham um papel fundamental ao proporcionar áreas de recreação e descanso para a população, promovendo a melhoria da qualidade de vida urbana reduzindo, também, o estresse e o isolamento social. O presente estudo possui como objetivo analisar temas que se relacionam com as áreas públicas de lazer, tais como espaços públicos, requalificação urbana e lazer urbano, identificando sua relevância para a população e para o meio ambiente nas cidades. De modo a reunir um conjunto de conceitos para embasar teoricamente um projeto de requalificação do Parque Florestal Municipal Dr. João Damasceno Portugal, popularmente conhecido como Horto Florestal, situado na cidade de Leopoldina/MG. Para alcançar tal objetivo, a metodologia empregada foi baseada em uma pesquisa bibliográfica, em pesquisa de projetos arquitetônicos e urbanos que sirvam como referência no desenvolvimento da proposta a ser desenvolvida. Outra metodologia utilizada foi a pesquisa de campo a partir de visitas técnicas ao Horto Florestal com o intuito de identificar elementos relevantes da área de intervenção. Por fim, esse estudo permitiu compreender os espaços de lazer como componente essencial para o bem-estar e qualidade de vida da população de uma cidade, bem como sua necessidade para o meio ambiente no contexto urbano.

Palavras-chave: Urbanismo; Intervenção Urbana; Requalificação Urbana; Espaço Público; Horto Florestal; Lazer Urbano.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Panorama Geral Requalificação Urbana .....	22
QUADRO 2 - Panorama da evolução do lazer e da realidade político- econômica brasileira durante os períodos século XX .....	25
QUADRO 3 - Programa de Necessidades .....	48

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Mapa Parque Estadual Alberto Löfgren .....	30
FIGURA 2 -	Lago e pista pavimentada Parque Estadual Alberto Löfgren.....	31
FIGURA 3 -	Mapa Parque Estadual Alberto Löfgren e sanitários à direita ....	31
FIGURA 4 -	Quiosque .....	32
FIGURA 5 -	Núcleo de Educação Ambiental .....	32
FIGURA 6 -	Portão de Entrada .....	32
FIGURA 7 -	Vista aérea Parque Mangal das Garças .....	33
FIGURA 8 -	Projeto do Parque Mangal das Garças .....	34
FIGURA 9 -	Armazém do Tempo .....	35
FIGURA 10 -	Troncos de Sustentação .....	35
FIGURA 11 -	Cobertura de palha .....	35
FIGURA 11 -	Amarração das peças dos telhados em técnicas indígenas .....	36
FIGURA 13 -	Mapa de Localização da cidade de Leopoldina no Estado de Minas Gerais .....	38
FIGURA 14 -	Localização da área de intervenção e pontos de interesse em Leopoldina/MG .....	39
FIGURA 15 -	Área urbana mais próxima .....	40
FIGURA 16 -	Fotografia 01 – acesso a estrada do horto à esquerda .....	40
FIGURA 17 -	Fotografia 02 .....	40
FIGURA 18 -	Fotografia 03 .....	41
FIGURA 19 -	Fotografia 04 .....	41
FIGURA 20 -	Demarcação do Horto Florestal e da área de intervenção .....	42
FIGURA 21 -	Área de Intervenção .....	43
FIGURA 22 -	Estradas de acesso às propriedades privadas (Fotografia 01) ..	44
FIGURA 23 -	Lago (Fotografia 02) .....	44
FIGURA 24 -	Pista de caminhada (Fotografia 03) .....	45
FIGURA 25 -	Pista de caminhada (Fotografia 04) .....	45
FIGURA 26 -	Brinquedo Playground (Fotografia 05) .....	45
FIGURA 27 -	Acesso Propriedade Privada (Fotografia 06) .....	45
FIGURA 28 -	Portão de Entrada (Fotografia 07) .....	46
FIGURA 29 -	Estrada de acesso ao horto (Fotografia 08) .....	46
FIGURA 30 -	Conceito Homem-Natureza .....	49

FIGURA 31 -	Danos na fachada da edificação dos sanitários .....	50
FIGURA 32 -	A escada e seu guarda corpo apresentam patologias de humidade .....	50
FIGURA 33 -	Patologias nos fundos da edificação .....	50
FIGURA 34 -	Interior da edificação também em estado de descuido .....	50

## **LISTA DE SIGLAS**

SESI	Serviço Social da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	JUSTIFICATIVA .....	12
1.2	OBJETIVOS .....	13
1.3	METODOLOGIA.....	13
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	15
2.1	ESPAÇO PÚBLICO .....	15
2.2	REQUALIFICAÇÃO URBANA .....	19
2.3	LAZER URBANO .....	23
<b>3</b>	<b>PROJETOS REFERENCIAIS</b> .....	28
3.1	PARQUE ESTADUAL ALBERTO LÖFGREN .....	29
3.2	PARQUE MANGAL DAS GARÇAS .....	33
<b>4</b>	<b>DIAGNÓSTICO</b> .....	37
4.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO .....	37
4.2	ÁREA DE INTERVENÇÃO .....	41
4.3	PERFIL DO USUÁRIO .....	46
4.4	PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO .....	47
4.5	APRESENTAÇÃO DO CONCEITO E PARTIDO DO PROJETO .....	49
4.6	DIAGNÓSTICO DA EDIFICAÇÃO .....	50
4.6.1	FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS DAS FACHADAS .....	52
4.6.2	MAPAS DE DANOS DAS FACHADAS .....	57
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	59
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61

## 1 INTRODUÇÃO

O crescente desenvolvimento dos centros urbanos no século XX resultou em uma situação onde as cidades apresentam diversos problemas ambientais, como as mudanças climáticas, as ilhas de calor e a poluição do ar, que são negligenciados por grande parte da população. Por conta dessa situação, os espaços públicos verdes de lazer se tornam essenciais para o bem-estar e funcionam como forma de amenizar os problemas ambientais. Apesar dessa realidade, há uma renúncia ao espaço público da cidade, seja pela falta de garantia de segurança após o anoitecer ou pela deterioração e abandono desses espaços públicos, que acaba por tornar os espaços privados de atividades de lazer mais atrativos, onde o acesso é limitado apenas às camadas da população de renda elevada (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Como muitos espaços públicos se encontram deteriorados ou abandonados, propostas de revitalização urbana são importantes por proporcionar a recuperação desses espaços e a valorização da região. Existem vários termos em políticas de revitalização, tais como renovação, reabilitação e requalificação, sendo este último a opção em que torna os espaços degradados em ambientes atrativos sem o descaracterizar ou demolir desnecessariamente o que é existente e que pode ser reaproveitado (PEIXOTO, 2009).

Além de garantir respiro e qualidade ambiental para a cidade e os centros urbanos, os espaços públicos verdes também são equipamentos que podem fornecer lazer para a população da cidade, sendo um elemento essencial para o bem-estar. O lazer urbano é um tema estudado por diversos autores, como Marcellino (1995), Dumazedier (1973) e Gomes (2004), que geralmente o abordam como uma atividade relacionada ao tempo conquistado, que se contrapõe ao tempo de trabalho. O estudo do lazer é necessário para a compreensão da importância das políticas de lazer e de um acesso democrático aos espaços que o fornecem (GOMES, 2004).

Por meio dessa pesquisa, pretende-se analisar temas como espaço público, requalificação urbana e lazer urbano. Ao reunir referências teóricas e promover uma discussão sobre tais temas, almeja-se formar uma base teórica que possa servir, a princípio para fundamentar um projeto de intervenção urbana com o escopo de criação de um parque urbano, e, posteriormente, que sirva de fonte de consulta para

outros projetos e pesquisas. Esse estudo é destinado a toda comunidade acadêmica, bem como a população local e a administração pública, para que possam ter acesso a informações que os auxiliem na compreensão acerca da importância e necessidade dos espaços públicos verdes para a qualidade de vida na cidade.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

As cidades sofrem atualmente com os resultados da expansão da malha urbana sem o devido planejamento urbanístico, que atrelado aos fatores decorrentes da industrialização, resultou em cidades com diversos problemas urbanos e ambientais. Além dos problemas que prejudicam o meio ambiente, tais como a poluição urbana, as ilhas de calor e as enchentes, nota-se uma certa ausência de espaços de lazer públicos de qualidade para a população, e grande parte dos existentes acabam sofrendo com deterioração e falta de segurança, resultando em seu abandono pelo poder público e pela cidade (LEITE, 1993).

Os espaços de lazer constituem-se de elementos indispensáveis para o bem-estar da população, pela sua influência direta à saúde física e mental. Dessa forma, a qualidade de vida urbana está vinculada à fatores como aqueles relacionados aos aspectos ambientais e sociais, justificando assim a relevância dessas áreas na cidade. Os espaços públicos verdes são tipos de espaço de lazer que apresentam importantes contribuições ecológicas, com seus elementos naturais minimizando os impactos decorrentes da industrialização. Além da contribuição ecológica, também há contribuições para as relações sociais, que está relacionada à oferta de ambientes de lazer e respiro para a população (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Sendo assim, por meio desse trabalho, analisou-se temas como espaços públicos, requalificação urbana e lazer urbano. Essa análise se justifica por promover uma discussão sobre tais temas para que possa auxiliar a população local e a administração pública na compreensão acerca da importância e necessidade dos espaços de lazer para a qualidade de vida na cidade.

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar temas como espaço público, requalificação urbana e lazer urbano, de modo a relacioná-los com o espaço de lazer, bem como identificar sua importância para a sociedade e para o meio ambiente no contexto urbano. De forma que, possa ser possível reunir um conjunto de informações necessárias para uma base teórica que será utilizada na elaboração de um projeto de requalificação urbana no Parque Florestal Municipal Dr. João Damasceno Portugal, conhecido como horto florestal da cidade de Leopoldina-MG.

A partir de tal objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Estabelecer conceitos ou definições acerca do tema geral da pesquisa;
- Selecionar projetos urbanos que servirão de referência para o desenvolvimento do projeto na segunda etapa do trabalho de conclusão do curso;
- Identificar e analisar a situação atual do horto florestal da cidade de Leopoldina-MG;
- Propor o conceito e partido, além de um programa de necessidades para o desenvolvimento de uma proposta de requalificação urbana para o Parque Florestal Municipal Dr. João Damasceno Portugal;

## 1.3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos apresentados, a pesquisa teve como base a coleta de dados por meio dos seguintes passos: (i) pesquisa bibliográfica; e, (ii) pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi organizada em duas etapas, sendo a primeira etapa dedicada a consulta de fontes secundárias relativas aos seguintes temas: espaço público (MAGNOLI, 2006; MATOS, 2010; LOBODA, DE ANGELIS, 2005; ROLNIK, 2006; PELLEGRIN, 2004 e SANTOS, MANOLESCU, 2008), requalificação urbana (MOURA, et al., 2006; SILVA, 2011; PEIXOTO, 2009; MOREIRA, 2007) e lazer urbano (ALMEIDA, GUTIERREZ, 2005; REQUIXA, 1980; GOMES, PINTO, 2009; MARCELLINO, 1995; BRAMANTE, 2004; GOMES, 2004). A segunda etapa se baseou na consulta de fontes secundárias com o objetivo de selecionar duas referências projetuais. Durante essa etapa, de caráter analítico, procedeu-se uma análise de exemplos que auxiliem na compreensão do tema. Assim, se buscou

identificar exemplos que sirvam como referências projetuais no desenvolvimento do projeto de conclusão de curso. Foram selecionados o Parque Estadual Alberto Löfgren, situado em São Paulo-SP e o Parque Mangal das Garças, situado em Belém-PA.

O Parque Estadual Alberto Löfgren, também conhecido como Horto Florestal de São Paulo, possui aproximadamente 739.000 m<sup>2</sup> de área aberta à visitação pública. É uma área de preservação da Mata Atlântica nativa, possuindo ao mesmo tempo uma rica biodiversidade de fauna e flora. O parque é uma unidade de conservação ambiental, bem como dispõe de diversos mobiliários para diferentes práticas de lazer, como campos de futebol, trilhas de caminhada e *playgrounds*. Assim, o projeto do Horto de São Paulo servirá de referência para a elaboração do programa de necessidades da proposta a ser desenvolvida nesse estudo.

O Parque Mangal das Garças é um espaço público urbano que está localizado na cidade de Belém-PA e com área de 40.000 m<sup>2</sup>. Essa área se divide em pistas pavimentadas, lago e mata nativa preservada. A infraestrutura do parque conta ainda com: museu, restaurante, lojas de artesanato e *souvenirs*, entre outros. Diferente de outros parques urbanos, a principal função exercida pelo Mangal das Garças é a de contemplação da paisagem e natureza, bem como colaborar com o mercado local.

O segundo passo do estudo metodológico realizado foi a pesquisa de campo, que se desenvolveu a partir de visitas técnicas ao Horto Florestal de Leopoldina-MG, onde foram identificados aspectos importantes da área e do entorno. Dentre os aspectos observados, nota-se: falta de limpeza da área, a existência de uma estrada de chão que passa pelo meio do horto, deficiência em sua infraestrutura básica, como nos sanitários, entre outros. Durante as visitas, também foi realizado o levantamento técnico, através da medição das estruturas existentes e um levantamento fotográfico do local.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A análise do assunto espaço público permite observar a função que estes exercem e a sua importância para a democratização do lazer e conservação ambiental. No que se refere ao estudo sobre requalificação urbana, é revelada uma ideia de melhorar a qualidade dos espaços existentes sem os descaracterizá-los e respeitando a história do local. Compreender o lazer urbano e sua evolução histórica é necessário para a criação de espaços públicos que visam garantir maior qualidade de vida e um lazer que humanize o meio urbano.

### 2.1 ESPAÇO PÚBLICO

Desde a Revolução Industrial, no final do século XIX, a malha urbana das cidades no mundo, tem se expandido de forma significativa. No Brasil, durante esse mesmo período, houve um processo de urbanização e de criação de grandes projetos de desenvolvimento (como a construção de diversas rodovias) que se intensificou a partir da década de 1950, ampliando-se ainda mais as malhas urbanas dos municípios.

Segundo Magnoli (2006), “o espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso)”. A esses espaços livres é comum denominar funções, que Clawson (apud MAGNOLI, 2006) define como sendo a capacidade de propiciar perspectivas, recreação e proteção ecológica, além de servir como dispositivo para a morfologia urbana. Tunnard-Pushkarev (apud MAGNOLI, 2006), por sua vez, divide em outras quatro funções: produtiva, protetora, recreativa e ornamental. Outros autores, como Pellegrin (2004), acrescentam que o espaço livre possui ainda um significado político, criando relações de poder que determinam como e qual é o uso e quais são as funções que devem ser realizadas nesse espaço, além de como sua organização é planejada. A partir dessas definições é importante salientar que grande parte dos espaços livres urbanos existentes são públicos e de uso comum, devendo permitir um acesso adequado de suas funções para que toda população possa usufruir da área, em contraposição ao espaço privado.

Porém, os espaços públicos não são apenas espaços livres, eles também podem conter edificações construídas. É possível citar como exemplo de espaço público urbano: as ruas, praças e parques. Por outro lado, há os espaços públicos

que estão ocupados por um volume edificado, tendo como exemplo as igrejas, os museus e os hospitais. Em relação aos espaços públicos, Matos (2010) afirma que eles:

Constituem elementos estruturantes da vida urbana visto que desempenham uma função produtiva de interesse colectivo pelo tipo de serviços que prestam, estimulam o desenvolvimento urbano, na medida em que ao contribuírem para a valorização da qualidade de vida e vivência urbana, reforçam a atracção e a fixação de recursos humanos qualificados, para além de terem uma função de estruturação e de coesão do espaço urbano.

Apesar de estar designado a espaços e intervenções que não são completamente novos, o conceito de espaço público é de certa forma recente, surgindo pela primeira vez nos meados da década de 1970 na França, sendo fruto de uma nova noção de cidade em que se começou a valorizar a requalificação urbana ao invés da reabilitação. Até então, a Carta de Atenas (1933) não utilizava esse termo, ela descrevia como “instalações comunitárias”, “locais de lazer” e “superfícies verdes” (MATOS, 2010).

Os espaços públicos adquirem um certo simbolismo, pois passam a ser utilizados pelo conforto, imagem e qualidade. Eles possuem, também, diversas funções que devem incorporar, além das características dos indivíduos que irão utilizar esses espaços – como idade, gênero, classe social, estilo de vida, etc. -, as motivações, os valores e suas aspirações. Uma vez que esses indivíduos podem possuir idades variadas, há a possibilidade de um conflito de interesses de usos entre a população idosa, cada vez maior e possuindo mais aspirações culturais e recreativas, em relação à população mais jovem, com comportamentos diferentes dos idosos, são mais autônomos e suas práticas cotidianas são diversificadas (MATOS, 2010).

Ainda de acordo com Matos (2010), a localização também interfere na utilização dos espaços públicos, podendo citar como exemplo a diferença de um espaço público em quarteirão residencial e um espaço de escala municipal. Para o primeiro, há uma preferência de usos que acolha as práticas de seus residentes, enquanto o segundo possui áreas de atracção maiores, ganhando mais importância e visibilidade devido a sua dimensão e ao aumento da mobilidade da população e de possíveis turistas. Com o tempo, o próprio significado dos espaços públicos se modifica pela alta variedade de utilização e modificações do ambiente construído e/ou da malha urbana em que se encontra cada espaço. Outros autores, como

Castro (2002), argumentam que os diferentes usos também limitam a democratização do acesso, pois nem todo espaço público é um “espaço do público”, existem espaços inacessíveis financeiramente e outros que não são juridicamente considerados públicos, mas possuem intensa utilização coletiva. Pode-se utilizar como exemplo: parques de diversões, centros comerciais, estádios de futebol, teatros, etc., que são espaços em que seu uso é praticamente livre e que todos podem usar com os mesmos direitos, mas ao mesmo tempo não são acessíveis a todos, pois são condicionados ao pagamento de entradas ou reservado aos residentes, por exemplo. Matos (2010) argumenta, então, que a noção de público se torna uma construção sócio-política resultante da junção de diversos fatores como: os usos, a acessibilidade, a visibilidade, proximidade e a distância física e social.

O poder público precisa garantir que haja acessibilidade democrática aos espaços públicos de qualidade, pois a maior parte da população não desfruta de renda financeira suficiente para poder usufruir de espaços privados. Santos e Manolescu (2008) subdividem os espaços públicos na cidade da seguinte forma:

Os espaços públicos livres podem ser definidos como espaço de circulação (ruas, praças, etc.), espaços de lazer e recreação (parques urbanos), de contemplação (jardins públicos) ou de preservação (grandes parques e reservas ecológicas). Temos também espaços públicos como instituições de ensino, hospitais, centros culturais (dentre outros) que, apesar de ainda serem considerados públicos, possuem circulação restrita.

Os espaços públicos de maior utilização são os voltados para circulação, principalmente as ruas por conta dos automóveis, que são os principais meios de locomoção nas cidades. Além da circulação, os espaços de lazer também possuem grande importância para a sociedade, pois o lazer se destaca nas necessidades sociais do indivíduo, bem como é um direito social garantido pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Incluir o lazer nos espaços públicos livres criam ambientes que se caracterizam como lugares “de encontro, de convívio, do encontro com o ‘novo’ e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências” (PELLEGRIN, 2004), levando à cidade o lazer nela encarnado, como discutido por Rolnik (2000), ao apontar que o espaço público tem o papel de:

[...] organizar, defender e fomentar a convivência entre pessoas diferentes, diminuindo a segregação e as distâncias sociais, suprimindo os guetos, atuando com solidariedade, como uma coletividade que amplie, incentive e aumente a comunicação entre os projetos de vida pessoais e coletivos.

Essa visão chama a atenção para a possibilidade de pensar no espaço público como um grande instrumento anti-exclusão para a sociedade. De certo modo, as ideias de Rolnik (2000) conciliam com as de Marcellino (1987) ao passo em que democratizar o lazer induz democratizar o espaço urbano. Para que os espaços de lazer estejam atrelados a essas ideias, é necessária a implementação de políticas públicas de lazer para retomar a qualidade de vida e do espaço na cidade, fornecendo bem-estar para a população de diversas esferas sociais, bem como conservar a beleza e funcionalidade dos espaços públicos.

Além dos desafios sociais enfrentados pelas cidades, também há os desafios ambientais, como a poluição atmosférica e do solo, resultantes da industrialização e da falta de planejamento urbano, e é nesse contexto que surgem os espaços públicos verdes, para fornecer lazer e amenizar os desafios ambientais citados nas cidades. Conforme Loboda e De Angelis (2005), os espaços verdes públicos são importantes equipamentos de lazer e preservação ambiental pois agem de forma simultânea sobre o lado mental e físico do indivíduo, proporcionando ambientes de prazer, contemplação e relaxamento, bem como contribuir com benefícios para o meio ambiente, destacando-se, aqui: a redução da poluição por meio de processos de oxigenação; purificação do ar por depuração bacteriana e de outros microrganismos; ação purificadora por fixação de gases tóxicos, poeiras e materiais residuais; mantém a permeabilidade e a fertilidade do solo; influência no balanço hídrico; abrigo à fauna existente; amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente; transmite bem-estar psicológico; valorização visual e ornamental do espaço urbano.

Para conceituar os espaços públicos verdes, Di Fidio (apud LOBODA; DE ANGELIS, 2005) cita como exemplo as praças, os parques urbanos, o verde balneário e esportivo, o jardim botânico, o zoológico e a mostra (ou feira de jardins, faixa de ligação entre áreas verdes e arborização urbana). Macedo (1995), por sua vez, argumenta que a definição mais precisa seria “sistema de espaços livres públicos de lazer e/ou conservação”, pois esse termo evita a utilização irresponsável para diversas finalidades, como as propagandas políticas.

Em suma, os espaços públicos são elementos que estruturam a paisagem urbana e que tem a capacidade de fornecer ambientes de práticas culturais, recreação, contemplação e lazer, bem como amenizar problemas ambientais – como a poluição do ar e manter a permeabilidade do solo. Exceto os espaços que necessitam do pagamento de entradas, os espaços públicos devem garantir um acesso democrático para toda a população local e regional, além de poder se tornar um instrumento de inclusão para a sociedade como um todo.

## 2.2 REQUALIFICAÇÃO URBANA

Com o passar do tempo, as cidades não se desenvolveram de forma homogênea, o que ocasionou em zonas, seja no centro ou na periferia, que ficam obsoletas e com alguns de seus equipamentos e bens urbanos envelhecidos e desvalorizados. Esse cenário chama a atenção para projetos que visam valorizar esses espaços em termos imobiliários, culturais e sociais através de propostas de intervenções urbanas para a requalificação dessas áreas. Dentre os termos mais utilizados recentemente em políticas e projetos de intervenção urbana estão: revitalização, renovação, reabilitação e requalificação urbana, que possuem simultaneamente conceitos de ideias (teóricas) que se assemelham para propostas de ações sobre a cidade (MOURA et al., 2006).

De acordo com Moura et al. (2006), o conceito de renovação urbana é definido pela ideia de demolir edificações antigas e substituí-las por novas, geralmente com características tipológicas e morfológicas diferentes, e/ou com novas atividades que se adaptam ao processo de modificação urbana. Moreira (2007), por sua vez, define a renovação urbana como um conjunto de intervenções urbanísticas que têm como objetivo a revitalização de áreas urbanas subocupadas ou degradadas, às quais não se reconhece o valor como patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a ser preservado, devido a condições deficientes de habitabilidade, salubridade, estética ou segurança, geralmente implicando na substituição de edificações existentes. A ideia de renovação atinge, principalmente, as intervenções de larga escala, acarretando uma mudança estrutural que abrange três dimensões essenciais: morfológica (configuração da cidade e da paisagem), funcional (base econômica) e social (geralmente na substituição dos habitantes por outros de classe e renda mais alta).

Os efeitos sociais da política de renovação são conhecidos pelos estudos urbanos e em cidades onde foram aplicadas essas políticas, tais como Estados Unidos e França, resultando na reocupação das zonas centrais por atividades econômicas de classe alta, como escritórios de grandes empresas multinacionais e do setor financeiro. Por outro lado, tiveram como resultado a expulsão de parte das funções residenciais dos centros das cidades, com a crescente periferação das classes médias e das atividades econômicas que não conseguem competir no mercado imobiliário com as grandes empresas que buscam no centro uma localização estratégica (MOURA et al., 2006).

Enquanto a renovação urbana ocasiona uma destruição do tecido urbano para a revitalização dele, resultando em mudanças não só no aspecto edificado da cidade, mas também no aspecto socioeconômico dela, há uma outra ideia em que não é necessária essa destruição, trata-se da reabilitação urbana. Moreira (2007) argumenta que a “reabilitação urbana é um processo de transformação urbana que respeita a imagem global das áreas alterando as condições de uso e habitabilidade, de forma a atualiza-las”, dinamizando o tecido social e econômico e conservando suas características funcionais, aumentando, assim, sua capacidade de atração tanto para os habitantes, bem como para a inserção de novas atividades econômicas e sociais. Os autores Moura et al (2006) definem que a reabilitação readéqua a malha urbana degradada a novas situações em termos de funcionalidade urbana, geralmente realizando duas intervenções complementares: sendo uma delas na edificação - atuando nas condições e na qualidade da habitação, nos serviços gerais e nas instalações, implicando não apenas na reabilitação dos edifícios residenciais, mas também na construção de novas estruturas - e a outra na paisagem urbana, composta pelos elementos visuais e os espaços de transição, estando ligado a iniciativas de melhoria do espaço público ou na requalificação dele.

A fim de evitar que a expansão urbana prejudique o meio ambiente, a reabilitação urbana pode ser uma alternativa mais sustentável do que a construção de novas edificações. A reabilitação dos núcleos históricos assume uma fundamental importância para políticas de desenvolvimento sustentável, garantindo o bem-estar a longo prazo e protegendo o patrimônio cultural que será deixado para as futuras gerações. O patrimônio edificado é um recurso insubstituível e a sua destruição causa danos a história da cidade e sua população. Além disso, a perda

progressiva do solo para a urbanização justifica a necessidade de uma abordagem sistemática para proteger e racionalizar o uso desses recursos, sendo a reabilitação dos tecidos construídos uma alternativa à urbanização extensiva e ao consumo desnecessário de recursos não renováveis, além de ser uma atividade geradora de empregos para a população e de turismo, sendo uma fonte de receita para as cidades. Por fim, a demolição de edifícios existentes acarreta problemas ecológicos, como o manejo de resíduos sólidos e o aumento do consumo de recursos, que em sua grande maioria são poluentes, para a construção de novas edificações (MOURA et al., 2006).

Outra abordagem de intervenção urbana, além da renovação e da reabilitação, tem como objetivo promover a revitalização de forma mais sustentável, provocando mudanças nos valores econômicos, culturais, paisagísticos e sociais da área urbana, incluindo a criação (ou recriação) de espaços públicos com novos valores de centralidade. Essas atitudes são aplicações do conceito de requalificação urbana, que se trata, sobretudo, de

[...] um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica. Procura a (re)introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área [...] (MOURA; et. al., 2006).

Peixoto (2009) corrobora com esse posicionamento quando discute a ideia de que a requalificação urbana é evocada ao necessitar da consolidação dos melhoramentos em edificações e espaços públicos localizados em zonas urbanas antigas e centrais, fornecendo serviços e desenvolvendo equipamentos e infraestruturas, ao ponto de conferir novos valores a áreas históricas que entraram em processo de envelhecimento e descuido. O autor argumenta que se trata de uma ação de planejamento e proteção urbanística de equipamentos urbanos e infraestruturas que estão expostos à degradação e ao eventual não cumprimento de seu objetivo funcional. Por sua vez, Silva (2011) trata a requalificação como “um processo dinâmico, resultante de várias linhas de orientação delimitadas, a fim de melhorarem a desarticulação territorial existente e tornarem coerentes as funcionalidades e qualidade de vida no espaço urbano”. A autora defende a

imposição de regras que assegurem a proteção dos aspectos físicos, ambientais e de identidade cultural de uma área urbana, bem como a valorização dela.

Apesar da similaridade entre as definições dos tipos de intervenção urbana apresentadas, pode-se destacar a requalificação urbana como “um processo interventivo que ocorre nas áreas urbanas, e que tem como intenção a manutenção dos elementos simbólicos que remetem [...] a um conceito e a uma ideologia de um espaço geográfico, tornando-o mais atractivo mas não o descaracterizando” (SILVA, 2011). A requalificação urbana “tem um carácter mobilizador, acelerador e estratégico, e está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, e para um melhor desempenho económico” (MOURA et al., 2006). O quadro 1 apresenta um panorama geral acerca dos conceitos estudados de renovação, reabilitação e requalificação urbana.

**QUADRO 1 – Panorama Geral Requalificação Urbana**

<b>Renovação Urbana</b>	<b>Reabilitação Urbana</b>	<b>Requalificação Urbana</b>
Demolir edificações degradadas e substituí-las por novas; Mudança estrutural em 3 dimensões essenciais: morfológica, funcional e social; Efeitos Sociais: reocupação das zonas centrais; periferização das classes médias.	Respeita a imagem global das áreas; Altera as condições de uso e habitabilidade; Conserva as características funcionais. Política de desenvolvimento sustentável; Protege o património cultural que será deixado para as futuras gerações.	Construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas; Valorização do espaço público; Manutenção dos elementos simbólicos sem descaracterizar a área; Estabelecer novos padrões de organização e utilização dos territórios;

Fonte: Autor, 2023

A partir das informações estudadas, pode-se discutir a importância de propostas de requalificação em espaços públicos de lazer que apresentam sinais de degradação e/ou não cumprem com seus valores histórico e funcional para com a população local. Possuindo como intenção a garantia de maior acessibilidade e espaços dignos para utilização por parte da sociedade que respeitam a história da cidade em que se encontram.

## 2.3 LAZER URBANO

A industrialização do Brasil no início do século XX teve um impacto significativo na evolução das práticas de lazer, tornando-as mais urbanas e intimamente ligadas à realidade política e econômica do país. A evolução do lazer nesse século pode ser dividida em diferentes períodos históricos: o período do nacional-desenvolvimentismo (1946-1964), o período militar (1964-1985), a redemocratização (1985-1990) e o período da globalização que se estende até a atualidade (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2005).

No período que se estende de 1946 a 1964, inicia-se um projeto nacional-desenvolvimentista, que tem como principais transformações: o surgimento da indústria automobilística, a adoção de políticas trabalhistas e a criação de uma indústria de base, além da valorização do sentimento nacionalista. A priorização do crescimento econômico e industrial criou uma relação entre o trabalho e o capital no meio urbano que, segundo Requiza (1980), foi responsável pelo surgimento da dicotomia entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho. Esse último se tornou uma preocupação para os empregadores e para o poder público, pois era visto como um tempo de improdutividade que ameaçaria o desenvolvimento econômico do país, assim, como forma de “combater” essa ameaça, foi promovida uma maneira de organizar racionalmente esse tempo de “não-trabalho” com a criação do Serviço de Recreação Operária. Esse serviço serviu como base para a construção do SESI e do SESC e proporcionava serviços de recreação, tais como campos de futebol, jogos de salão, discotecas, teatros, cursos, entre outros, para a população operária, medida essa que servia como forma de controle do tempo livre do operário por parte do poder público (GOMES, PINTO, 2009).

Em 1964, foi concretizado um golpe militar que, segundo Arendt (2022), iniciou no Brasil um período de restrição da liberdade e censura, além do progresso do desenvolvimento capitalista que intensificou a concentração de renda e a desigualdade social. Nesse contexto, o Brasil passou a ser considerado o país mais desigual do mundo pela ONU até meados da década de 1980. Essa desigualdade também se manifestava no lazer urbano da época: a elite e a classe média podiam desfrutar de clubes, filmes não censurados, museus, fins de semana em praias, casas de campo e até mesmo desfrutar de viagens para outros países. Por outro lado, os setores de renda mais baixa tiveram seus espaços de lazer, como a rua, e

as manifestações culturais populares reduzidas, fazendo com que a casa e a televisão (que faziam propaganda política do governo) se tornassem suas principais fontes de lazer (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2005). Se intensificou nessa época, uma transição do lazer como manifestação popular e comunitária para o lazer como mercadoria de consumo disponível no mercado, processo esse que se iniciou no período anterior à ditadura.

Segundo Gomes e Pinto (2009), o regime militar perdura até 1985, quando se inicia o processo de redemocratização do Brasil. Esse novo período criou um ambiente de liberdade propício às garantias individuais, sociais e, em 1988, é promulgada a nova Constituição Federal Brasileira que passa a formalmente reconhecer o lazer como um “direito social” no artigo 6º (BRASIL, 1988). Durante a ditadura, os estudos sobre lazer eram limitados apenas aos que defendiam as propostas e visões do Estado e, graças ao novo período que reinstaura a liberdade é que os primeiros estudiosos de lazer brasileiros ganham visibilidade, como Requixa (1977) e Marcellino (1987), que propunham a formação de agentes culturais de lazer, para que se recuperasse a valorização da comunidade reprimida durante a ditadura militar. A sistematização do lazer nos estudos brasileiros teve início através da incorporação dos estudos de dois sociólogos: o francês Joffre Dumazedier e o inglês Stanley Parker, sendo que o primeiro realizou uma união entre a valorização popular e a força política nas artes, universidades e sindicatos. Parker, por sua vez, utilizava da dicotomia lazer-trabalho para discutir sobre o lazer. Através do estudo e implementação da discussão desses autores, Marcellino (1995) defendeu o planejamento criterioso das atividades de lazer desenvolvidas, racionalizando as práticas da cultura popular e confrontando com novas práticas para formar quadros especializados em animação sócio cultural. Contudo, com o início do processo de globalização da década de 1990, a valorização nacional da cultura entrou em confronto com a indústria cultural, o que estimulou no Brasil atividades de lazer que eram comuns nos países desenvolvidos, como parques temáticos e academias de ginástica, mesmo com a grande exclusão social e falta de acesso ao lazer pago para a maioria da população (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2005).

Desde o período do nacional-desenvolvimentismo passando pelo período de globalização dos anos 1990 até a atualidade, a principal relação abordada pelos estudiosos se refere ao tempo de trabalho e ao tempo de não-trabalho, ou, tempo livre. Conforme Padilha (2004), essa ideia advém da revolução industrial e do

capitalismo, onde o fator dominante e de maior importância é o trabalho e o dinheiro, resultando em um tempo livre regido pelo consumismo e alienação que, porém, é visto pela população como um tempo de libertação das amarras e do controle das indústrias. Alguns autores como Marcellino (1995) subdividem esse tempo livre em: tempo para obrigações sociais - como a família, a educação, a religiosidade, entre outros - e lazer, tratando esse tempo disponível como algo em que não se busca dinheiro ou realização profissional, mas simplesmente a satisfação pessoal. O Quadro 2 resume a evolução do lazer no século XX e apresenta um panorama da realidade político-econômica brasileira nos períodos que dividem esse século.

**QUADRO 2 – Panorama da evolução do lazer e da realidade político-econômica brasileira durante os períodos século XX**

<b>Nacional-Desenvolvimentismo (1946 - 1964)</b>	<b>Regime Militar (1964 - 1985)</b>	<b>Redemocratização (1985 - 1990)</b>	<b>Globalização (1990 - atual)</b>
Instabilidade política;  Valorização do sentimento nacionalista;  Adoção de políticas trabalhistas;  Criação da indústria de base;  Criação do SRO;  Dicotomia entre o tempo de trabalho e não trabalho.	Restrição da liberdade e censura;  Desigualdade social;  Adoção de políticas trabalhistas;  Manifestações culturais reduzidas;  Transição do lazer como manifestação popular para o lazer como mercadoria de consumo.	Liberdades individuais;  Garantias democráticas;  Pouco investimento em lazer popular;  O lazer passa a reconhecido como um direito social pela Constituição.	Políticas públicas voltadas ao lazer;  Intercâmbio dos estudos de lazer;  Valorização da indústria cultural do lazer.

Fonte: Autor, 2023

O lazer é um importante componente para a qualidade de vida nas cidades e seu conceito tem sido analisado por diversos autores desde o início do século XX. Dumazedier (1973) corrobora com Marcellino (1995) ao definir o lazer da seguinte forma:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Essa concepção define o lazer como oposição ao trabalho e às obrigações sociais, que apesar de possuírem características distintas, estão integradas na mesma dinâmica social e estabelecem um dinamismo que os relacionam e os contradizem ao mesmo tempo. Requixa (1980), baseia sua concepção de lazer em conformidade com Dumazedier: o lazer é uma *“ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”*. Camargo (1989) também conceitua o lazer em similaridade com Dumazedier, definindo o lazer como:

Um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas [...] realizados num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social.

Um dos autores mais citados é Nelson Marcellino, e este conceitua o lazer como *“a cultura – compreendida em seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’”* (MARCELLINO, 1987). Bramante (2004), por sua vez, argumenta que o tempo no qual o lazer é vivenciado deveria ser expresso como *“tempo conquistado”* ao invés de *“tempo disponível”*. Pode-se observar uma diversidade nas conceituações de lazer e tempo entre vários estudiosos de lazer que possuem apenas como uma das únicas unanimidades, a compreensão da ludicidade como o principal fator para a experiência do lazer. Por esse entendimento e pela análise dos diversos autores já citados e outros que Gomes (2004) compreende o lazer como:

Uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaco conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

As discussões e compreensões acerca do lazer aqui destacadas são apenas algumas dentre uma variedade de olhares desenvolvidos no país que relacionam a humanização e a democratização do acesso a todas as classes, gêneros e etnias, enfatizando a importância que as políticas públicas de lazer precisam adquirir no Brasil. As políticas públicas podem ser entendidas como processo para tomadas de decisões seja no planejamento, na direção ou na organização e controle das ações para determinados objetivos que de se deseja atingir. Para a elaboração dessas

políticas, segundo Bramante (2004), deve-se compreender e interpretar a sociedade e as relações com determinada filosofia que estão nela estabelecidas. É a partir desse marco filosófico que os princípios e as diretrizes orientadoras serão definidos. As políticas são estabelecidas como guias para a ação e, quando aplicadas ao lazer, se compreende que:

A aplicação dos mecanismos propostos no quadro de formulação e implementação de políticas deve ter finalidade educativa na perspectiva humanista e emancipatória, particularmente numa sociedade desigual como a nossa, em que ainda se sobrevaloriza o trabalho, as obrigações, a produtividade e o consumo, independentemente do *locus* em que essa experiência lúdica é vivenciada (BRAMANTE, 2004).

Marcellino (1995), influenciado pelas ideias de Paulo Freire, também defende a inserção de um caráter educativo de lazer nas políticas públicas dos governos, considerando o conceito de um lazer funcionalista para auxiliar a conter a violência urbana. Almeida e Gutierrez (2005) apontam que existem outros autores como Requiza e Pelegrin que sugerem temas como a preservação de requalificação de áreas urbanas para facilitar o acesso ao lazer e a criação de parques, áreas livres e reservas florestais, respectivamente. É importante citar, conforme discutem Gomes e Pinto (2009), que no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, o lazer foi incluído no eixo das políticas sociais do Ministério do Esporte, desenvolvendo estratégias de atitudes que visavam garantir o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas de lazer no país. Foram passos limitados, porém significativos na afirmação da gestão do lazer como dever do poder público.

Como formas de políticas públicas de lazer, a criação de espaços públicos voltados para o lazer e a requalificação dos já existentes são importantes atitudes para garantir a democratização do acesso ao lazer para a sociedade, pois são partes da mancha urbana da cidade e, portanto, os principais equipamentos de lazer que ela pode fornecer. Por estarem intimamente ligados com a política, o que implica ao relacionamento com interesses individuais, de poder, controle e hegemonia, a implementação dessas políticas dependerá dos valores com os quais se trabalha, das concepções da sociedade, de homem e do mundo que se tem. Contudo, se bem estudadas e elaboradas as atitudes, pode-se construir espaços que garantirão os equipamentos de lazer e acesso da população (GOMES, 2004).

Diante do exposto, o lazer é uma vivência lúdica praticada no tempo conquistado. Essa vivência possui grande importância para o ser humano e, para que se possa garantir que o lazer seja praticado por toda a população, é essencial a criação de políticas e espaços públicos de lazer para democratizar o acesso, considerando os valores e as concepções da comunidade. Desse modo, a compreensão do lazer como um direito social e sua inclusão nas políticas públicas é imprescindível para que se desenvolva uma sociedade mais humanizada e igualitária.

### **3 PROJETOS REFERENCIAIS**

A realização de estudos de caso é crucial para compreender programas de projetos complexos e ter acesso à conceitos relevantes. Eles permitem uma análise de projetos e locais específicos, possibilitando a identificação de melhores práticas, desafios e soluções. Ao analisar as teorias e os conceitos aplicados em situações reais, os estudos de caso contribuem para aprimorar as práticas profissionais, promovendo melhorias significativas na realização de projetos, como os de requalificação e intervenção urbana, que são foco do presente estudo.

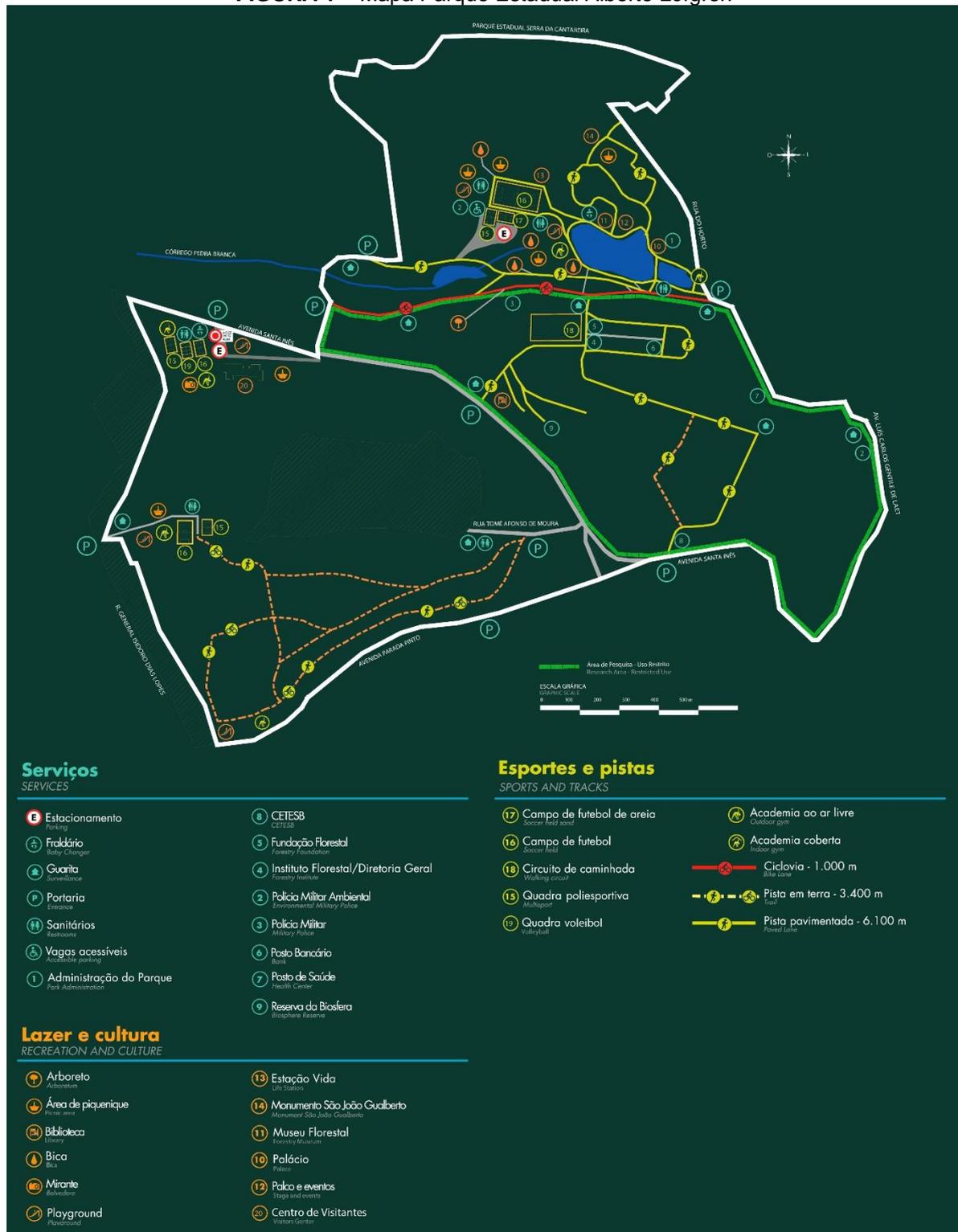
Foi realizado o estudo de caso de dois parques: o Parque Estadual Alberto Löfgren, o qual é uma unidade de conservação ambiental localizada em São Paulo-SP que dispõe de diversos equipamentos de lazer, tais como campos de futebol, trilhas de caminhada e playgrounds; e o Parque Mangal das Garças, um espaço público urbano localizado na cidade de Belém-PA que possui como principal função a contemplação da paisagem e natureza, bem como colaborar com o mercado local, possuindo em sua infraestrutura um museu, um restaurante, lojas de artesanato, entre outros.

### 3.1 PARQUE ESTADUAL ALBERTO LÖFGREN

O Parque Estadual Alberto Lofgren está localizado no “sopé” do maciço da Serra da Cantareira, cercado pela mancha urbana da cidade de São Paulo – SP, ele possui um atributo único em relação às outras unidades de conservação do estado, pois têm uma identidade urbana e grande público-usuário. Sendo um efeito do processo de expansão sem planejamento da malha urbana que ocorreu em direção às margens da Cantareira. O parque possui área de 1.870.000 m<sup>2</sup> (metros quadrados), sendo apenas 350.000 m<sup>2</sup> de área pública constituída por um espaço de lazer, que contém equipamentos para recreação e áreas para piquenique e práticas de ciclismo, *cooper* e ginástica, entre outros. No interior do parque, se encontra o Museu Florestal Otávio Vecchi, o Palácio de Verão do Governador do Estado e o Clube Atlético Silvicultura. Destacam-se na vegetação do parque os bosques de espécies exóticas e algumas espécies nativas (oriundas da Mata Atlântica). O parque foi criado em 1896, com o intuito de ser um Horto Botânico da cidade, anos depois se tornou o Horto Florestal de São Paulo e atualmente é conhecido como Parque Estadual Alberto Löfgren, sendo administrado pela concessionária Urbia Parques desde o ano de 2022 (CASTRO; TAMAIO, 1999).

Optou-se por escolher o Parque Estadual Alberto Löfgren como projeto referencial por sua característica enquanto local de preservação ambiental associado a programas de educação ambiental e diversos equipamentos de lazer para a população, podendo citar: lagos, *playgrounds*, mirante, trilhas, academia coberta, quadras poliesportivas, campo de futebol, ciclovia e circuito de caminhada, entre outros equipamentos e atividades que tornam o espaço tão importante para o lazer urbano quanto para a preservação ambiental. Na Figura 1, é apresentado o mapa do Parque Estadual Alberto Lofgren e sua respectiva legenda.

FIGURA 1 – Mapa Parque Estadual Alberto Löfgren



Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias. Adaptado. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpp/pe-alberto-lofgren/>>. Acesso em: 10 abril 2023.

O lago existente no parque e a pista de caminhada são apresentados na figura 2. É possível observar sua proximidade com as pistas com pavimentação asfáltica, material que confere maior acessibilidade, porém possui baixa

permeabilidade. A utilização dos guarda corpos de madeira é uma solução simples, mas interessante para proteção dos usuários e o material e formato utilizados em sua confecção consegue integrá-los à paisagem de forma natural. A figura 3 mostra os sanitários (à direita da imagem) próximos ao lago e às pistas.

**FIGURA 2** – Lago e pista pavimentada Estadual Alberto Löfgren



Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias. Disponível em: <https://www.areasverdesdascidades.com.br/2012/06/parque-estadual-alfredo-lofgren-antigo.html>. Acesso em: 10 abril 2023.

**FIGURA 3** – Parque Estadual Alberto Löfgren e sanitários à direita



Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias. Adaptado. Disponível em: <https://www.areasverdesdascidades.com.br/2012/06/parque-estadual-alfredo-lofgren-antigo.html>. Acesso em: 10 abril 2023.

A Figura 4 é uma fotografia do quiosque que, além de fornecer áreas sombreadas e espaços de conversação, também apresenta informações do parque, ao fundo observa-se o *playground* para as crianças. As figuras 5 e 6 apresentam, respectivamente, o núcleo de educação ambiental e o portão de entrada do parque.

**FIGURA 4 – Quiosque**

Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias. Disponível em:  
 <<https://www.areasverdesdascidades.com.br/2012/06/parque-estadual-alfredo-lofgren-antigo.html>>.  
 Acesso em: 10 abril 2023.

**FIGURA 5 – Núcleo de Educação Ambiental**

Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias.  
 Disponível em:  
 <<https://www.areasverdesdascidades.com.br/2012/06/parque-estadual-alfredo-lofgren-antigo.html>>.  
 Acesso em: 10 abril 2023.

**FIGURA 6 – Portão de Entrada**

Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias.  
 Disponível em:  
 <<https://www.areasverdesdascidades.com.br/2012/06/parque-estadual-alfredo-lofgren-antigo.html>>.  
 Acesso em: 10 abril 2023.

O Parque Estadual Alberto Löfgren é um importante espaço público na cidade de São Paulo, possuindo diversos equipamentos de lazer e sendo um grande local de proteção ambiental no coração da malha urbana da cidade. O parque foi escolhido por sua funcionalidade de lazer, ao mesmo tempo em que fornece atividades de conscientização ambiental, através do núcleo de educação ambiental,

influenciando na elaboração do programa de necessidades da proposta. Além de sua função, a forma das edificações e equipamentos presentes também foram importantes para que se optasse pela realização desse estudo do local.

### 3.2 PARQUE MANGAL DAS GARÇAS

O Parque Ecológico Mangal das Garças está localizado próximo às margens do Rio Guamá, na cidade de Belém-PA. Trata-se de um projeto de revitalização de uma área de 40.000 m<sup>2</sup> com sua vegetação nativa predominante sendo preservada, o aningal, que se constitui principalmente pela planta conhecida regionalmente como aninga, que pode atingir de 3 a 4 m de altura que forma grande população densa e homogênea nas margens dos igarapés, além de formar ilhas aluviais responsáveis por filtrar as águas do estuários Amazônicos (MOREIRA; NOGUEIRA, 2019). O projeto foi inaugurado em 2005, de autoria do arquiteto Paulo Chaves, com o objetivo de desenvolver o turismo na cidade e no estado, bem como resgatar a morfologia vegetal de Belém, que foi afetada pelo processo de urbanização da cidade. Reuniram-se profissionais da arquitetura, engenharia e paisagismo, tendo a Rosa Kliass - importante nome para o desenvolvimento do paisagismo no Brasil - como arquiteta paisagista na equipe do projeto (MERGULHÃO, 2009).

**FIGURA 7 – Vista aérea Parque Mangal das Garças**



Fonte: Mangal das Garças. Disponível em: < <https://www.mangaldasgarças.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Mangal-Herois-da-Amazonia.jpg>>. Acesso em: 17 abril 2023.

Mergulhão (2009) afirma que o programa do parque foi dividido em dois setores: suporte e contemplação da paisagem. O primeiro está definido por espaços

relativos ao funcionamento do parque: portaria (1), administração (2), estacionamento (3), bicicletário (4), depósitos (5), Armazém do Tempo (6), Praça Murmúrio das Águas (7), Memorial Amazônico da Navegação (8), restaurante Manjar das Garças (9), banheiros (10). O segundo setor, com um caráter naturalístico, se divide nos seguintes espaços: Fonte das Caruanas (11), região de terra firme (12), de campo (13) e de várzea (14), Lago do Cavername (15), Lago da Ponta (16), ilhotas (17), viveiro de pássaros (18), caminhos (19), passarelas (20), pontes (21), recantos com pergolados (22), borboletário (23), malocas de venda de lanches e *souvenirs* (24), Farol de Belém (25), Mirante do rio Guamá (26) e o aningal (27). Na Figura 8 é mostrado o mapa com os respectivos espaços indicados por seus índices, é interessante observar como os lagos no parque foram projetados de maneira a reproduzir as formas sinuosas das margens do rio com o terreno, criando um espaço com visual e características naturais próximo ao meio urbano.



Fonte: KLIASS apud. MORGULHÃO (2009, p.109)

Um espaço de destaque no parque é o Armazém do Tempo (Figura 9), que se trata de um pavilhão em estrutura metálica onde funciona um conjunto de *stands* para a venda de livros, artesanato, *souvenirs* e um café, bem como ser um ambiente para exposições, fomentando a cultura e mercado local.

**FIGURA 9 – Armazém do Tempo**

Fonte: LEONARDO, 2012. Disponível em:  
 <<https://www.flickr.com/photos/44452722@N03/7803928006>> Acesso em 17 abril 2023.

Na construção do parque, foram utilizados materiais que fazem referência aos componentes culturais da região: troncos foram escolhidos para a sustentação de pisos, paredes e forros (Figura 10); utilização de palha na cobertura (Figura 11); técnicas construtivas indígenas, como a amarração das peças dos telhados com cordas, cipós e galhos (Figura 12). Elementos como ferro e vidro também foram escolhidos, inserindo as edificações arquitetônicas no contexto paisagístico do parque (MERGULHÃO, 2009).

**FIGURA 10 – Troncos de Sustentação**

Fonte: MERGULHÃO, 2009.

**FIGURA 11 – Cobertura de palha**

Fonte: MERGULHÃO, 2009.

**FIGURA 12 – Amarração das peças dos telhados em técnicas indígenas**



Fonte: MERGULHÃO, 2009.

O Parque Mangal das Garças é um grande espaço público urbano projetado com formas sinuosas, retratando as margens do rio com o parque e o deixando com uma aparência mais natural. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, em algumas edificações nota-se formas arquitetônicas contemporâneas que se contrapõe às formas orgânicas e cria uma relação de grande valor estético. Essa relação alertou para a escolha desse parque como referencial projetual, além disso, as opções de integrar a comunidade e fomentar a cultura local também foram fatores pontuais para que se optasse por um estudo de caso dele.

Tanto o Parque Estadual Alberto Löfgren quanto o Parque Ecológico Mangal das Garças são importantes exemplos de espaços livres públicos de conservação ambiental e lazer urbano. Ambos desempenham papéis fundamentais na preservação do meio ambiente, oferecendo oportunidades de educação ambiental e recreação para a população. Enquanto o Parque Estadual Alberto Löfgren destaca-se por sua identidade urbana e história centenária, o Parque Mangal das Garças se destaca pela revitalização de uma área e pela incorporação de elementos culturais locais. Esses dois parques representam a importância de conciliar a preservação ambiental com o lazer da população, aprimorando a qualidade de vida na cidade.

## 4 DIAGNÓSTICO

A análise do local de intervenção, do perfil do usuário e do programa de necessidades desempenham um papel crucial na concepção e implementação de projetos bem-sucedidos. Ao compreender o contexto da região, seus aspectos físicos, sociais e culturais, é possível criar intervenções urbanas que sejam harmoniosas e integradas ao ambiente existente. Além disso, ao considerar o perfil do usuário, suas necessidades e preferências, é possível desenvolver soluções que atendam de forma eficiente às demandas dos usuários. O programa de necessidades, por sua vez, estabelece as diretrizes e requisitos do projeto, garantindo que os espaços projetados e/ou revitalizados estejam adequados às funcionalidades pretendidas. Ao analisar esses elementos, é proporcionado uma base para a tomada de decisões projetuais sólidas, resultando em intervenções que atendem às necessidades da população local e da região, bem como promovem a qualidade de vida, a satisfação dos usuários e a integração com o entorno existente.

### 4.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

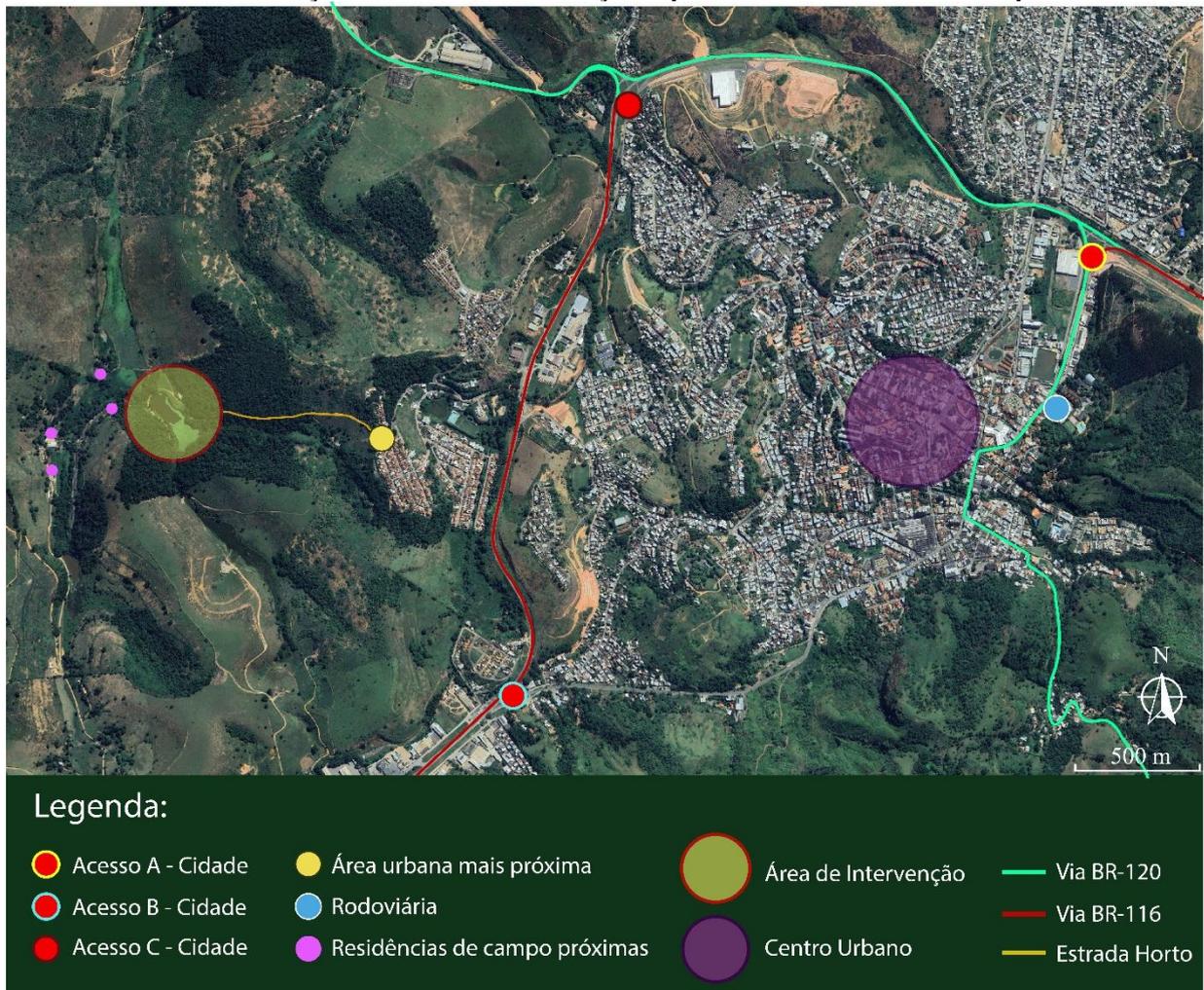
A cidade de Leopoldina situa-se no estado de Minas Gerais, possuindo área territorial de 943,07 km<sup>2</sup>, sendo apenas 10,29 km<sup>2</sup> área urbana (IBGE, 2021). De acordo com o IBGE (2011), Leopoldina possui população de 51.130 habitantes, configurando-a como uma cidade de pequeno porte.

**FIGURA 13 – Mapa de Localização da cidade de Leopoldina no Estado de Minas Gerais**

Fonte: Disponível em:  
<[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais\\_Municip\\_Leopoldina.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Municip_Leopoldina.svg)>.  
Acesso em 17 maio 2023.

O Parque Florestal Municipal Dr. João Damasceno Portugal, local escolhido como área de intervenção para a proposta que será apresentada, está localizado na cidade de Leopoldina-MG, situado distante do centro urbano da cidade, tendo como área urbana mais próxima o bairro Vale do Sol. O mapa a seguir (Figura 14) apresenta a localização da área de intervenção e os principais pontos de interesse da cidade – o centro urbano, as entradas da cidade e a rodoviária. Por estar 2,88 km distante do centro urbano, também foram destacados outros pontos no mapa, como a área urbana mais próxima, as rodovias e as residências de campo que circundam o local.

FIGURA 14 – Localização da área de intervenção e pontos de interesse em Leopoldina/MG



Fonte: Adaptado. Disponível em: *Google Earth* (2023). Acesso em: 24 maio 2023.

A cidade de Leopoldina possui três acessos principais que estão distantes do horto: acesso A (3,63 km), acesso B (1,75 km) e acesso C (2,12 km). Em relação aos outros pontos de interesse, o parque possui distância aproximada de: Área Urbana mais próxima (800 m) e Rodoviária (3,43km).

A área urbana mais próxima do parque é composta principalmente por edificações residenciais unifamiliares, como será mostrado no mapa e no levantamento fotográfico da região a seguir.

**FIGURA 15 – Área urbana mais próxima**



Fonte: Adaptado. Disponível em: *Google Earth* (2023). Acesso em: 24 maio 2023.

**FIGURA 16 – Fotografia 01 – acesso a estrada do horto à esquerda**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 17 – Fotografia 02**



Fonte: Autor, 2023

FIGURA 18 – Fotografia 03



Fonte: Autor, 2023

FIGURA 19 – Fotografia 04



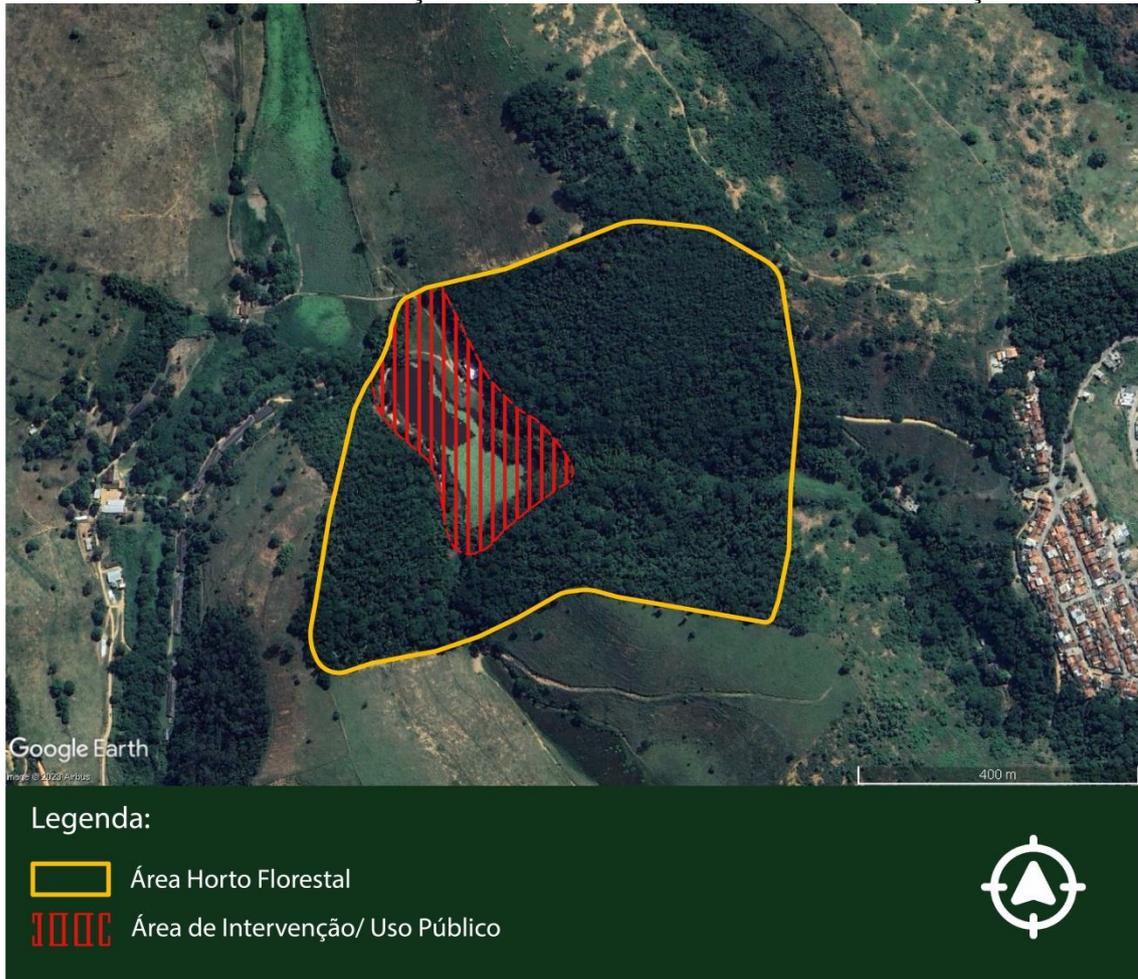
Fonte: Autor, 2023

De acordo com o exposto acima, o Horto Florestal de Leopoldina é um parque urbano que não está circundado ou muito próximo à malha urbana da cidade, o que o torna um ambiente mais reservado e com nenhum ruído proveniente do meio urbano, como o causado pelos automóveis. Por conta dessa distância, também ocorre de existir residências de campo e fazendas mais próximas ao parque, observa-se como consequência dessa proximidade, bem como da existência de portões no parque que dão acesso a essas propriedades a eventual presença de alguns animais, tais como vacas e bois, que se perdem e entram no parque por algum descuido dos proprietários.

#### 4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO

O parque, popularmente conhecido como Horto Florestal de Leopoldina, possui área de 300.000 m<sup>2</sup>, onde aproximadamente 57.000 m<sup>2</sup> são para uso público, e o restante é destinado à proteção ambiental. Próximas aos limites da área do horto florestal, estão localizadas algumas propriedades privadas, que utilizam como acesso à suas residências a mesma estrada que dá acesso ao horto. O mapa abaixo (Figura 20) apresenta o limite do horto florestal e demarca a área de uso público, que também é a área de intervenção do presente estudo.

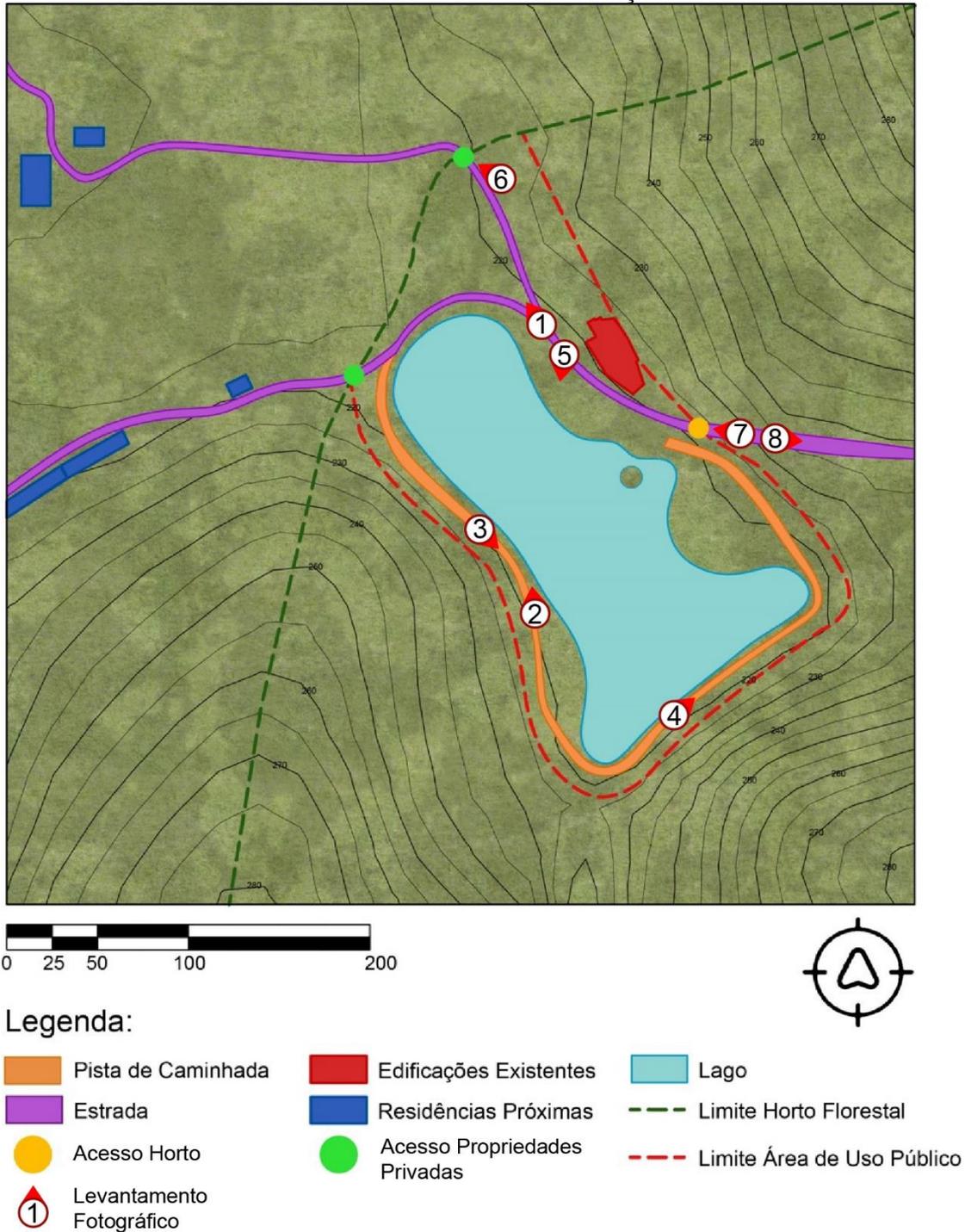
**FIGURA 20 – Demarcação do Horto Florestal e da área de intervenção**



Fonte: Adaptado. Disponível em: *Google Earth* (2023). Acesso em 28 maio 2023.

O parque dispõe de um lago e uma topografia acentuada nos limites de sua área de uso público, bem como apresenta uma estrada que percorre por dentro dessa área e dá acesso a residências de campo próximas. Essas residências, apesar de utilizarem essa estrada, também possuem acessos alternativos em outras áreas do município. Acompanhando as margens do lago, a pista de caminhada possui 800 metros de extensão e piso em terra batida, encerrando na estrada que dá acesso às residências de campo. O mapa a seguir (Figura 21) ilustra as características apresentadas do horto florestal.

FIGURA 21 – Área de Intervenção



Fonte: Autor, 2023

Também estão situadas no parque duas edificações interligadas: uma edificação destinada à administração e Polícia Militar Ambiental, e a outra aos sanitários, a qual necessita de intervenção por conta dos danos patológicos existentes. Nas Figuras 22 a 29, será mostrado um levantamento fotográfico realizado na área de intervenção (referenciado no mapa acima), onde se pode

observar o lago, a pista de caminhada, a topografia, bem como suas edificações e características existentes.

**FIGURA 22 – Estradas de acesso às propriedades privadas (Fotografia 01)**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 23 – Lago (Fotografia 02)**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 24 – Pista de caminhada  
(Fotografia 03)**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 25 – Pista de caminhada  
(Fotografia 04)**



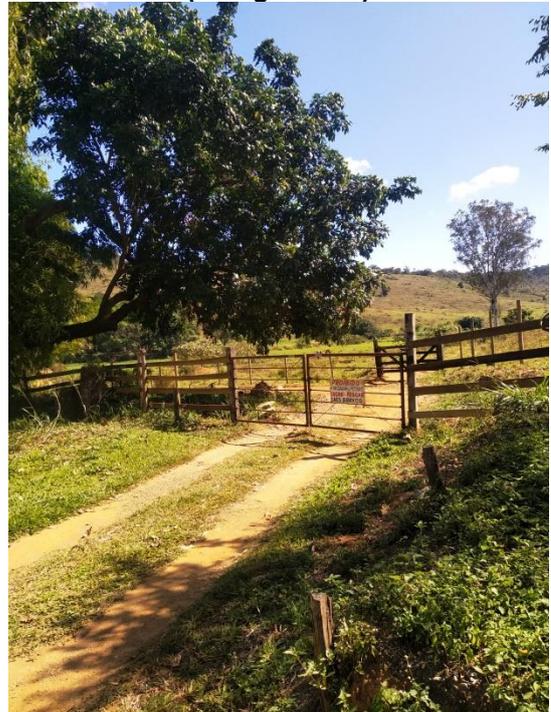
Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 26 – Brinquedo Playground  
(Fotografia 05)**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 27 – Acesso Propriedade Privada  
(Fotografia 06)**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 28 – Portão de Entrada  
(Fotografia 07)**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 29 – Estrada de acesso ao horto  
(Fotografia 08)**



Fonte: Autor, 2023

A Figura 28 mostra o portão de entrada do Horto Florestal, enquanto a Figura 29 é uma fotografia da estrada que dá acesso ao horto, apresentando como os automóveis dos visitantes ficam dispostos devido à falta de um estacionamento adequado no local.

#### 4.3 PERFIL DO USUÁRIO

O Parque Florestal Municipal Dr. João Damasceno Portugal é um espaço verde público localizado em Leopoldina-MG que abriga diversas espécies da fauna e flora silvestres do bioma Mata Atlântica. Até meados da década de 1980, o local era conhecido como “Campo das Sementes”, e, em 1986, a área foi adquirida pelo Município de Leopoldina com a finalidade de criação do Parque Municipal da cidade, com o objetivo de atrair turismo e se tornar uma opção de lazer e descanso para a população da cidade, atuando de forma contemplativa e recreativa (MENEGHITE, 2021).

O parque não possui uma boa gestão, a edificação existente no local e o próprio espaço livre carecem de manutenção constante. Em 2020, ocorreram as últimas mudanças no local, com a inserção de um pergolado em eucalipto e de

brinquedos de *playground* para crianças, mas que não se encaixam de forma harmoniosa ao entorno. Além disso, não há a criação de políticas e atividades que fomentem o turismo e a educação ambiental para a população local e da região (MENEGHITE, 2021).

Através de visitas realizadas ao local, observou-se que os principais usuários do parque são os adultos com faixa etária entre 20-40 anos e eles geralmente usufruem do local de forma contemplativa, se aproveitando do amplo espaço livre, da vista para o lago e das sombras de frondosas árvores, podendo relaxar e “fugir” do meio urbano. As famílias também costumam levar as crianças para praticar atividades recreativas no local, como futebol e peteca, bem como levar os animais domésticos para passeio. Praticantes de atividades físicas e idosos também utilizam uma pista de caminhada em terra batida que circunda o lago, proporcionando belas vistas durante o percurso. Além deles, também há os praticantes da atividade de pesca, prática bastante comum no parque, pois no lago há variadas espécies de peixes.

#### 4.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Para a realização do projeto de requalificação, é fundamental que se documente as demandas e requisitos para a proposta. Para essa intervenção urbana no parque, optou-se por dividi-lo em três setores: administrativo, onde abriga a edificação relativa à administração do parque e também o posto da Polícia Militar Ambiental, ambos ocupam atualmente o mesmo prédio no local e isto será mantido; setor de apoio, situando as edificações e ambientes de suporte ao horto, tais como os sanitários e o estacionamento, além do núcleo de educação ambiental que será proposto para o local como uma construção que pode abrigar atividades culturais e outras relativas à conscientização ambiental; e o setor recreativo/ contemplativo, que engloba os ambientes que fornecem práticas de lazer e contemplação para os usuários do parque.

QUADRO 3 – Programa de Necessidades

<b>Setor Administrativo (Edificação Existente)</b>	
Ambiente	Área
Escritório/ Polícia Militar Ambiental	380,97 m <sup>2</sup>
<b>Setor de Apoio</b>	
Ambiente	Área
Sanitários	30,00 m <sup>2</sup>
Núcleo de Educação Ambiental	250,00 m <sup>2</sup>
Estacionamento	450,00 m <sup>2</sup>
<b>Setor Recreativo/ Contemplativo</b>	
Ambiente	Área
Áreas para piquenique	870,00 m <sup>2</sup>
Áreas de pesca	100,00 m <sup>2</sup>
Campo Poliesportivo	300,00 m <sup>2</sup>
Espaço Pet	50,00 m <sup>2</sup>
Restaurante	400,00 m <sup>2</sup>
Pista de Caminhada	3.345,00 m <sup>2</sup>
Lago	21.137,87 m <sup>2</sup>
Deck de Madeira	400,00 m <sup>2</sup>
<i>Playground</i>	300,00 m <sup>2</sup>
Trilhas	-

Fonte: Autor, 2023

O programa de necessidades acima apresenta de forma simples e objetiva os requisitos de espaços que servirá de base para a elaboração da proposta de requalificação urbana no parque, bem como define áreas aproximadas para cada ambiente. Considerando isso, o projeto irá fornecer ao parque ambientes que podem permitir aos usuários realizar atividades de lazer e culturais que não são praticadas atualmente, além de melhorar os equipamentos e edificações já existentes.

## 4.5 APRESENTAÇÃO DO CONCEITO E PARTIDO DO PROJETO

FIGURA 30 – Conceito Homem-Natureza



Fonte: Autor, 2023

O projeto a ser desenvolvido possui como conceito a relação homem-natureza, reconhecendo seus benefícios para o bem-estar físico e espiritual. A interação com a natureza promove a redução do estresse causado pelo meio urbano e proporciona serenidade e conexão com algo transcendente, impactando positivamente a saúde emocional e espiritual do ser humano. Como partido arquitetônico, foi adotado a requalificação do parque que foi deixado de lado pelas gestões municipais, aproveitando a edificação existente e dando a ela novo valor estético e funcional, bem como respeitar a história do local e o ambiente, elaborando propostas que se integram com o entorno natural.

#### 4.6 DIAGNÓSTICO DA EDIFICAÇÃO

O parque possui duas edificações existentes, uma que abriga a administração e a polícia militar ambiental e a outra abriga os sanitários. Para que se fizesse o diagnóstico das edificações, foram realizadas 5 visitas ao local. O prédio que abriga os sanitários, por conta da quantidade e gravidade dos danos patológicos existentes, não há como ser aproveitada para uma futura revitalização. As Figuras 31, 32 e 33 mostram a situação e os danos que as fachadas desse prédio apresentam, enquanto a Figura 34 é uma fotografia que apresenta as patologias internas.

**FIGURA 31 – Danos na fachada da edificação dos sanitários**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 32 – A escada e seu guarda corpo apresentam patologias de humidade**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 33 – Patologias nos fundos da edificação**



Fonte: Autor, 2023

**FIGURA 34 – Interior da edificação também em estado de descuido**



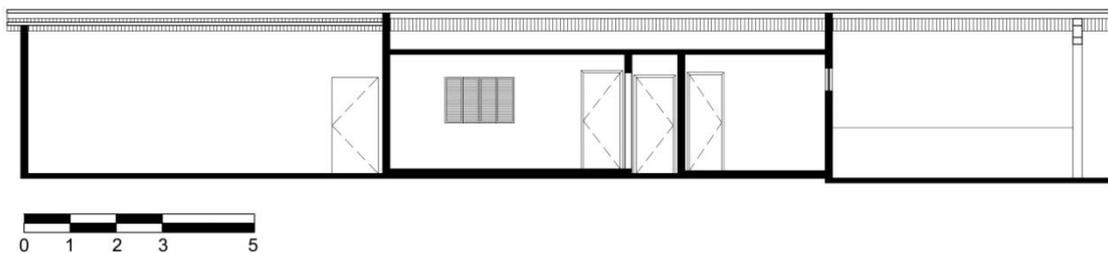
Fonte: Autor, 2023

Por outro lado, a edificação destinada a administração não possui danos patológicos tão significativos e pode ser realizada uma revitalização que elimine os danos e torne o prédio um componente integrante da paisagem. Foi realizado, então, um levantamento técnico que será mostrado a seguir.

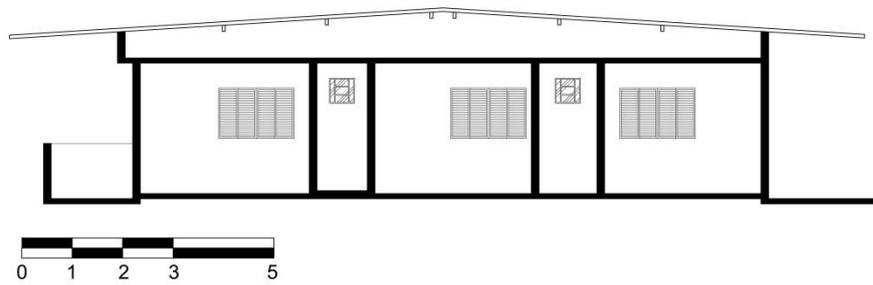
Planta-baixa:



Corte AA:



Corte BB:



#### 4.6.1 Fichas de identificação de danos das fachadas

Com o objetivo de demonstrar as patologias encontradas na edificação durante o levantamento realizado, foram elaboradas fichas de identificação de danos de todas as fachadas da edificação, as quais serão apresentadas a seguir.

## Ficha de Identificação de Danos

## FACHADA 1



DANOS ÀS PAREDES (ALVENARIA)	OCORRÊNCIA E SIMBOLOGIA	
1) DESPLACIMENTO DO REBOCO	X	
2) DESPLACIMENTO DO REBOCO COM ALVENARIA EXPOSTA		
3) MANCHAS DE AÇÃO DO FOGO		
4) MANCHAS DE UMIDADE		
5) BIODEGRADAÇÃO (FUNGOS E MICROALGAS)		
6) VEGETAÇÃO		
7) DEPÓSITOS ESCUROS (SUJIDADES)		
8) EFLORESCÊNCIA (SALINIZAÇÃO)		
9) FISSURAS SUPERFICIAIS (NÃO ESTRUTURAIS)		
10) FISSURAS ESTRUTURAIS (FENDAS E TRINCAS)		
11) INTERVENÇÃO COM CIMENTO E ARGAMASSA		
12) VANDALISMO (GRAFITAGEM/ PICHAGEM)		
<b>DANOS ÀS CANTARIAS</b>		
1) ALVEOLIZAÇÃO		
2) DESAGREGAÇÃO GRANULAR		
3) PITTING		
4) PERDA DE SEÇÃO/ LACUNAS		
5) ESFOLIAÇÃO		
6) CROSTA NEGRA		
<b>DANOS ÀS ESTRUTURAS METÁLICAS</b>		
1) OXIDAÇÃO	X	
2) CORROSÃO		
3) ENRUGAMENTO		
4) SANGAMENTO		

Fonte: Autor, 2023

Ficha de Identificação de Danos

FACHADA 2



DANOS ÀS PAREDES (ALVENARIA)	OCORRÊNCIA E SIMBOLOGIA	
1) DESPLACIMENTO DO REBOCO	X	
2) DESPLACIMENTO DO REBOCO COM ALVENARIA EXPOSTA		
3) MANCHAS DE AÇÃO DO FOGO		
4) MANCHAS DE UMIDADE	X	
5) BIODEGRADAÇÃO (FUNGOS E MICROALGAS)		
6) VEGETAÇÃO		
7) DEPÓSITOS ESCUROS (SUJIDADES)		
8) EFLORESCÊNCIA (SALINIZAÇÃO)		
9) FISSURAS SUPERFICIAIS (NÃO ESTRUTURAIS)		
10) FISSURAS ESTRUTURAIS (FENDAS E TRINCAS)		
11) INTERVENÇÃO COM CIMENTO E ARGAMASSA		
12) VANDALISMO (GRAFITAGEM/ PICHAGEM)		
<b>DANOS ÀS CANTARIAS</b>		
1) ALVEOLIZAÇÃO		
2) DESAGREGAÇÃO GRANULAR		
3) PITTING		
4) PERDA DE SEÇÃO/ LACUNAS		
5) ESFOLIAÇÃO		
6) CROSTA NEGRA		
<b>DANOS ÀS ESTRUTURAS METÁLICAS</b>		
1) OXIDAÇÃO	X	
2) CORROSÃO		
3) ENRUGAMENTO		
4) SANGAMENTO		

Fonte: Autor, 2023

## Ficha de Identificação de Danos

## FACHADA 3



DANOS ÀS PAREDES (ALVENARIA)	OCORRÊNCIA E SIMBOLOGIA	
1) DESPLACAMENTO DO REBOCO		
2) DESPLACAMENTO DO REBOCO COM ALVENARIA EXPOSTA	X	
3) MANCHAS DE AÇÃO DO FOGO		
4) MANCHAS DE UMIDADE	X	
5) BIODEGRADAÇÃO (FUNGOS E MICROALGAS)		
6) VEGETAÇÃO		
7) DEPÓSITOS ESCUROS (SUJIDADES)	X	
8) EFLORESCÊNCIA (SALINIZAÇÃO)		
9) FISSURAS SUPERFICIAIS (NÃO ESTRUTURAIS)		
10) FISSURAS ESTRUTURAIS (FENDAS E TRINCAS)		
11) INTERVENÇÃO COM CIMENTO E ARGAMASSA		
12) VANDALISMO (GRAFITAGEM/ PICHAGEM)		
<b>DANOS ÀS CANTARIAS</b>		
1) ALVEOLIZAÇÃO		
2) DESAGREGAÇÃO GRANULAR		
3) PITTING		
4) PERDA DE SEÇÃO/ LACUNAS		
5) ESFOLIAÇÃO		
6) CROSTA NEGRA		
<b>DANOS ÀS ESTRUTURAS METÁLICAS</b>		
1) OXIDAÇÃO		
2) CORROSÃO		
3) ENRUGAMENTO		
4) SANGAMENTO		



Fonte: Autor, 2023

## Ficha de Identificação de Danos

## FACHADA 4



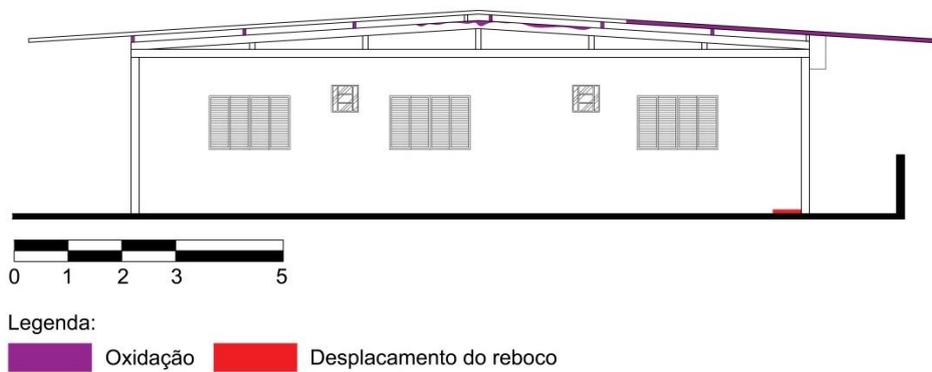
DANOS ÀS PAREDES (ALVENARIA)	OCORRÊNCIA E SIMBOLOGIA	
1) DESPLACAMENTO DO REBOCO		
2) DESPLACAMENTO DO REBOCO COM ALVENARIA EXPOSTA		
3) MANCHAS DE AÇÃO DO FOGO		
4) MANCHAS DE UMIDADE		
5) BIODEGRADAÇÃO (FUNGOS E MICROALGAS)		
6) VEGETAÇÃO		
7) DEPÓSITOS ESCUROS (SUJIDADES)	X	
8) EFLORESCÊNCIA (SALINIZAÇÃO)		
9) FISSURAS SUPERFICIAIS (NÃO ESTRUTURAIS)		
10) FISSURAS ESTRUTURAIS (FENDAS E TRINCAS)		
11) INTERVENÇÃO COM CIMENTO E ARGAMASSA		
12) VANDALISMO (GRAFITAGEM/ PICHAGEM)		
<b>DANOS ÀS CANTARIAS</b>		
1) ALVEOLIZAÇÃO		
2) DESAGREGAÇÃO GRANULAR		
3) PITTING		
4) PERDA DE SEÇÃO/ LACUNAS		
5) ESFOLIAÇÃO		
6) CROSTA NEGRA		
<b>DANOS ÀS ESTRUTURAS METÁLICAS</b>		
1) OXIDAÇÃO	X	
2) CORROSÃO		
3) ENRUGAMENTO		
4) SANGAMENTO		

Fonte: Autor, 2023

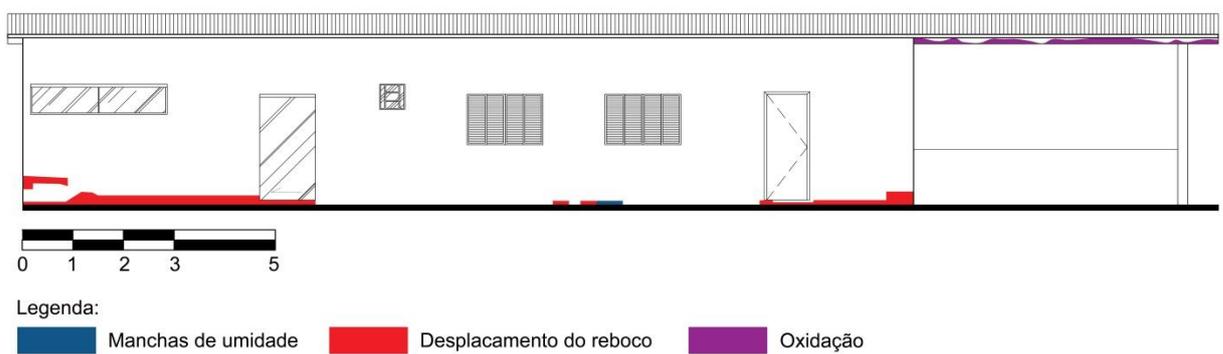
#### 4.6.2 Mapas de danos das fachadas

Para complementar as informações apresentadas na seção anterior, elaborou-se mapas de danos de cada fachada da edificação administrativa, ilustrando as patologias em cada uma. Tais mapas serão apresentados abaixo com sua respectiva legenda.

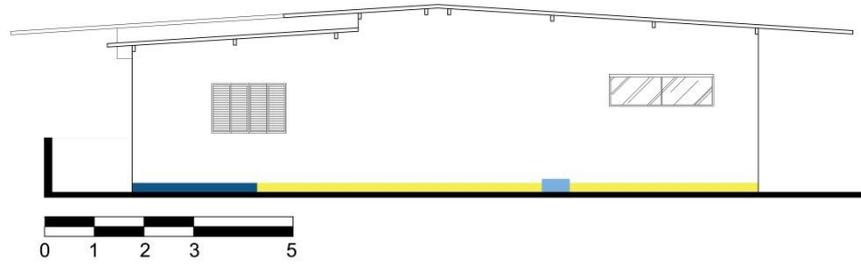
Fachada 1:



Fachada 2:



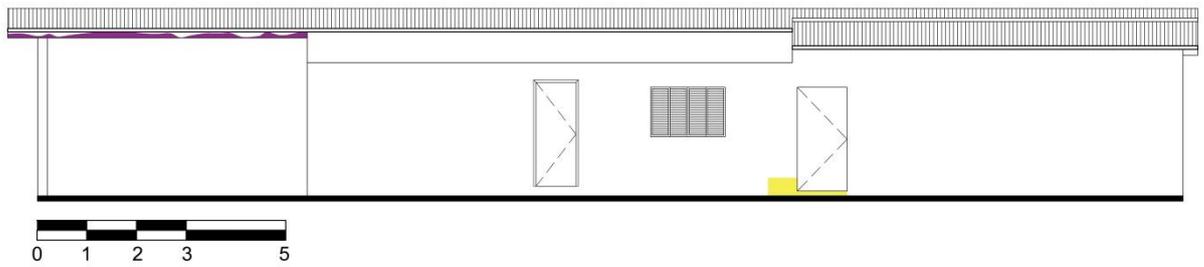
Fachada 3:



Legenda:

- |   |                                |   |  |
|---|--------------------------------|---|--|
|  | Manchas de umidade             |  | Deslocamento do reboco com alvenaria exposta |
|  | Depósitos escuros (sujeidades) |   |  |

Fachada 4:



Legenda:

- |   |                                |   |          |
|---|--------------------------------|---|----------|
|  | Depósitos escuros (sujeidades) |  | Oxidação |
|---|--------------------------------|---|----------|

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de requalificação urbana é relativamente recente e vem sendo estudado por diversos autores, onde se afirma que as intervenções urbanas devem estar atentas às características do lugar e a todas as suas dinâmicas. No caso de propostas de requalificação em espaços verdes, deve-se compreender o ambiente e a paisagem, sem descaracterizá-la e também atribuir novos valores que respeitem à história e cultura local. Os projetos que englobam essa forma de intervenção geralmente ocorrem em espaços públicos desvalorizados e/ou degradados, como é o caso do Parque Florestal Municipal Dr. João Damasceno Portugal, também conhecido como Horto Florestal de Leopoldina-MG.

Esse trabalho permitiu refletir sobre a importância dos espaços públicos de lazer para o bem-estar e qualidade de vida da população de uma cidade, bem como sua necessidade para o meio ambiente no contexto urbano. Os estudos de caso e a análise de conceitos e definições acerca do tema da pesquisa, tais como: espaços públicos, requalificação urbana e lazer urbano, permitiram obter consciência do papel do arquiteto na elaboração dos projetos de requalificação, que não se trata apenas de uma proposta desenhada, mas também da análise do meio urbano e das políticas de lazer que possam garantir um acesso ideal e democrático para toda sociedade, equilibrando os diversos interesses que envolvem os espaços públicos, tais como o de lazer e o econômico.

Nesse contexto de espaços públicos de lazer, a cidade de Leopoldina-MG fornece poucas opções para a comunidade, sendo que a maioria deles se encontram em estado de degradação e depreciação, o que faz com que a população tenha preferência por espaços de lazer privados, como os clubes. O Parque Estadual Dr. João Damasceno Portugal, é um parque urbano público que além de estar em situação de descuido, não exerce toda a sua potencialidade de lazer para a cidade e de turismo para a região, pois não possui equipamentos e políticas adequadas que forneçam atratividade.

Para chegar à conclusão sobre a necessidade de uma proposta de requalificação, foram realizadas visitas ao local para identificar a atual situação do horto florestal, onde também foram realizados levantamentos técnicos das edificações existentes. Além das visitas, também houve a busca por documentos e levantamentos na prefeitura da cidade de Leopoldina/MG, onde notou-se a ausência

de qualquer documentação relacionado ao horto, portanto, para se obter o levantamento topográfico do parque urbano, foram utilizadas as plataformas digitais *Google Earth* e *Open Street Map*.

Por fim, uma proposta de requalificação para o parque se torna essencial para recuperar as áreas do horto que necessitam de manutenção e para atribuir novos valores estéticos sem descaracterizar a paisagem existente, bem como implantar novos mobiliários e edificações que podem valorizar e fornecer mais alternativas de lazer e turismo para o local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. O lazer no brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. **Conexões**, v. 3, n. 1, p.36-57, 2005.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022

BRAMANTE, Antonio Carlos. Política de lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 185-188.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 05 abril. 2023.

CAMARGO, Luiz Octávio de L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, Alexandra. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. In: **Cidades – Comunidades e Territórios**, nº 5, p.53-67, 2002.

CASTRO, Alcinéia Guimarães de; TAMAIO, Irineu. Caracterização do perfil dos usuários do Parque Estadual Alberto Löfgren - Horto Florestal da Capital. **IF Sér. Reg.**, São Paulo, n. 20, p. 1-7, 1999

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GOMES, Christianne Luce; PINTO, Leila. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christianne et.al. (Orgs.). **Lazer na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 39 – 75.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LEITE, Maria Angela F. Pereira. A natureza e a cidade: Rediscutindo suas relações. In: **Natureza e sociedade de hoje: Uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1993

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. In: **Ambiência**, v. 1, n. 1, p.125-139, 2005.

MACEDO, Silvio Soares. Espaço Livre. In: **Paisagem Ambiente: Ensaios** - n. 7: São Paulo. p. 15-56, 1995.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço Livre: Objeto de Trabalho. In: **Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 21: São Paulo. p. 175-198, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer: Formação e atuação profissional**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1995

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - o caso da cidade Porto. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.

MENEGHITE, Luiz Otávio. Horto Florestal de Leopoldina está prestes a completar 35 anos necessitando de revitalização. **Jornal Leopoldinense**, Leopoldina, 06 de fev. 2021. Disponível em: < <https://leopoldinense.com.br/noticia/19202/horto-florestal-de-leopoldina-esta-prestes-a-completar-35-anos-necessitando-de-revitalizacao>>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

MERGULHÃO, Pedro. **A paisagem Amazônica no paisagismo de Belém: caso Parque Naturalístico Mangal das Garças**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2009.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes. **Requalificação urbana: alguns conceitos básicos**. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. Nº 5 (Dez. 2007), p.117-129

MOREIRA, Fernanada da Silva Andrade; NOGUEIRA, Karen de Nazareth Santos. Análise do Espaço Público Urbano: o caso do Parque Mangal das Garças. **InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 5, n. 16, p. 1-3, maio 2019.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria. A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. *In: Cidades – Comunidades e Territórios*, nº 12/13, p.15-34, 2006.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação Urbana. *In: FORTUNA, Carlos (org.); LEITE, Rogerio Proença (org). Plural de cidade: Novos léxicos urbanos. Coimbra: Ed. Almedina. SA, 2009.*

PELLEGRIN, Ana de. Equipamento de lazer. *In: GOMES, Christianne Luce. (Org). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 69-73.*

REQUIXA, Renato. **O Lazer no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUIXA, Renato. As dimensões do lazer. **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**, n. 45, p. 54-76, 1980.

ROLNIK, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. *In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.*

SANTOS, Ana Carolina M. Figueira dos; MANOLESCU, Friedhilde M. K. **A importância do espaço para o lazer em uma cidade**. *In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale da Paraíba, 2008.*

SILVA, Ana Marina Ribeiro. **Requalificação urbana: O exemplo da intervenção Polis em Leiria**. 2011. Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.